

MARCO RITO DA SILVA COUTINHO

O MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE (1867 – 1885)

Licenciatura em Ensino de História



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Setembro de 2005

**MARCO RITO DA SILVA COUTINHO**

O MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE (1867 – 1885)

Trabalho apresentado ao Instituto Superior de Educação para a obtenção do grau  
de Licenciatura em Ensino de História

Orientado pela

**Doutora Elisa Andrade**

Instituto Superior de Educação

**Aprovado pelos Membros do Júri, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História**

**O Júri**

---

---

---

Cidade da Praia aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005

## ÍNDICE

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| <b>Dedicatória</b>   | 4             |
| <b>Agradecimentos</b>                                      | 5             |
| <b>Introdução</b>  | 6             |
| <b>I – Breve Historial da Ilha de Santo Antão</b>          | 8             |
| 1 – Localização Geográfica                                 | 8             |
| 2 – Descoberta e Povoamento                                | 9             |
| 3 – Organização Administrativa                             | 11            |
| A – As Doações   | 11            |
| B – A Administração Geral                                  | 12            |
| C – A Câmara Municipal                                     | 14            |
| <b>II – A Vida Económica do Concelho da Ribeira Grande</b> | 17            |
| 1 – A Agricultura  | 18            |
| 2 – O Comércio   | 22            |
| 3 – A Indústria  | 26            |
| 4 – As Vias de Comunicação                                 | 28            |
| <b>III – O Sector Social do Concelho</b>                   | 33            |
| 1 – O Ensino   | 33            |
| 2 – A Saúde  | 37            |
| <b>Conclusão</b>   | 41            |
| <b>Bibliografia</b>  | 43            |
| <b>Anexos</b>  |               |

## DEDICATÓRIA

### **Dedico este trabalho:**

- Aos meus pais António Coutinho e Filomena Silva;
- À minha irmã Rea Silvia;
- A todos os meus familiares e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Doutora Elisa Andrade, pela forma incansável como me apoiou na elaboração do trabalho.

Ao amigo Álvaro Monteiro, por ter posto os seus documentos à disposição e pela grande ajuda na organização final do trabalho.

Ao amigo António Maurício, por ter disponibilizado os seus documentos.

À amiga Bernardina Campinha, por me ter posto à disposição o seu computador para a digitalização do trabalho.

À Dra. Iva Cabral, pelos documentos cedidos, os quais foram muito úteis.

À Maria José Lopes, pelo grande apoio durante a recolha de documentos e ao longo da elaboração do trabalho.

Agradeço de um modo geral, a todos que, de uma forma ou de outra, nos prestaram o seu contributo.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma resposta às exigências curriculares do Curso de Licenciatura em Ensino de História.

O tema que propomos como trabalho de fim de curso é: O Município da Ribeira Grande (1867 – 1885).

A nossa escolha recaiu sobre Ribeira Grande de Santo Antão, pelas funções que desempenhou como sede de Concelho exercendo o poder administrativo e judicial. Foi também sede da Comarca de Barlavento, num período em que o município em Cabo Verde era um parceiro na administração em concorrência com o Capitão-mor.

A delimitação temporal (1867 – 1885), justifica-se pelo facto de ter sido dividido, por decreto de 3 de Abril de 1867, o então Concelho da Ilha de Santo Antão em dois concelhos. O Concelho do Paul com sede na Povoação das Pombas e da Ribeira Grande com sede na vila de mesmo nome até 1885 data em que a sede foi transferida para a Vila D. Maria Pia.

Escolhemos este tema, sobretudo, para aprofundar os nossos conhecimentos sobre o Município da Ribeira Grande. Também pretendemos dar, através deste trabalho, um contributo histórico para o seu conhecimento num período de tempo em que pouco se escreveu sobre o mesmo.

Tentaremos comprovar ou infirmar a importância administrativa e económica da Ribeira Grande no contexto do desenvolvimento da Ilha de Santo Antão no período de tempo escolhido. Procuraremos ressaltar:

- a) O porquê da criação da Vila da Ribeira Grande;
- b) O porquê e a importância da sede na Vila da Ribeira Grande;
- c) Quais os benefícios que a criação do Município de Ribeira Grande trouxe para a Ilha de Santo Antão.

O trabalho enquadra-se na disciplina de História de Cabo Verde, que ao longo desses anos nos permitiu constatar a necessidade que temos em escrever a nossa História de forma mais aprofundada e com a maior objectividade possível.

Em termos teóricos, a nossa investigação fundamenta-se nas perspectivas da História Nova, a qual tem a pretensão de fazer uma História partindo do económico, do político e do social, isto é, uma história não de figuras notáveis mas, das massas enquadradas em todas as actividades humanas.

Em termos metodológicos, para a elaboração do trabalho recorremos à pesquisa bibliográfica e documental. Também tivemos a necessidade de investigar alguns sítios na Internet, sítios esses, relacionados com a temática em questão.

A recolha bibliográfica e documental foi feita no Arquivo Histórico Nacional, na Biblioteca Nacional, e alguns documentos foram-nos cedidos por pessoas amigas.

No tratamento dos dados seguimos os procedimentos de uma pesquisa histórica, utilizando os métodos adequados: recolha, interpretação e crítica dos documentos.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, faremos um breve historial da Ilha de Santo Antão. No segundo capítulo, faremos uma análise da vida económica do Concelho da Ribeira Grande. E no terceiro e último capítulo abordaremos a situação do Sector Social do Concelho, mais concretamente, do ensino e da saúde na época escolhida.

Na elaboração do trabalho enfrentamos algumas dificuldades devidas à escassez de documentação sobre a época que propomos analisar.



# CAPÍTULO I

## I – Breve Historial da Ilha de Santo Antão

### 1. Localização Geográfica

A Ilha de Santo Antão fica situada a Norte, no arquipélago de Cabo Verde, entre os paralelos 17°12' e 16°54' de latitude Norte e os meridianos 25°22' e 24°58' de longitude Oeste de Greenwich.

Faz parte das Ilhas do Barlavento do arquipélago, é de origem vulcânica, com uma superfície de 779 km<sup>2</sup>, 42750 metros de comprimento, 23970 metros de largura e 1979 metros de altitude, sendo a mais montanhosa e setentrional das ilhas. É também a segunda maior do arquipélago, depois de Santiago. Há na ilha uma predominância de fortes declives que dificultam o acesso.

É percorrida por uma cordilheira central, de este a oeste, e dessa mesma cordilheira partem grandes ribeiras que, na sua maioria, vão dar à costa em muitos relevos extremamente escarpados.

A ilha é influenciada pelo clima saheliano e por um regime de ventos alísios que, na altitude, gradua espaços de micro-climas que vão desde a acentuada aridez até à forte amenidade de um clima subhúmido.

O relevo montanhoso da ilha limita a extensão de terrenos propícios à prática da agricultura, e nas zonas próximas ao mar, dificulta a actividade piscatória.

Segundo Rogery e Furtado “No pequeno espaço terrestre podemos encontrar paisagens extremamente variadas por causa desta topografia inclinada e dos microclimas”<sup>1</sup>.

### 2. Descoberta e Povoamento

A Ilha de Santo Antão está incluída no grupo ocidental das ilhas do arquipélago, que segundo a tese oficial portuguesa, terá sido descoberto no ano de 1462.

Na carta régia de 19 de Setembro de 1462, aparece referida pela primeira vez a ilha de Santo Antão<sup>2</sup>. Ainda segundo Senna Barcelos “podemos precisar o mez e o dia em que foram

---

<sup>1</sup>ROGERY, H; FURTADO, C. et alli, Perfil Integrado de Santo Antão, 1993, p.8.

avistadas [as ilhas] ou em que n'ellas ancorou Diogo Afonso, pelos nomes dos santos que teem, parece-nos ter sido assim, pelo pouco afastamento que há entre aqueles dias santos que a igreja commemora”<sup>3</sup>. No entanto, Nogueira Ferrão afirma que “a data precisa do descobrimento da Ilha de Santo Antão ignora-se completamente (...)”<sup>4</sup>.

Como possível descobridor, afirma Luís de Albuquerque: “quanto ao grupo ocidental, e ainda baseando-nos em documentação das chancelarias reais, não hesitamos em indicar como descobridor um escuteiro do infante D. Fernando, de nome Diogo Afonso”<sup>5</sup>.

Segundo a tradição oral, a ilha terá sido encontrada a 17 de Janeiro de 1462, data em que ainda hoje se comemora o descobrimento de Santo Antão, e o dia do seu santo onomástico.

Após a sua descoberta não há indícios de que tivesse sido povoada logo de seguida. O diploma régio concedia ao donatário a jurisdição e Senhorio da ilha, a partir do momento em que ela fosse povoada. Mas inicialmente foi aproveitada para a criação de gado extensiva e ali só viviam alguns escravos pertencentes ao donatário, que guardavam e faziam a matança do gado. O donatário tinha de pagar o quarto e a dízima das peles, sebo e gado que matasse e saíssem da ilha. Teria de povoar a ilha e os moradores gozariam dos mesmos privilégios concedidos aos da ilha de Santiago<sup>6</sup>.

Mas apesar desses privilégios concedidos pela coroa e sendo “a ilha de Santo Antão, a maior das ilhas de Barlavento e segunda do arquipélago, particularmente privilegiada quanto as condições ecológicas, detinha, em meados de Quinhentos, uma população escassa”<sup>7</sup>.

No século XVI a ilha de Santo Antão não tinha um pároco com assento permanente. Sazonalmente, um capelão, a mando do Bispo, celebrava missa nos dias mais importantes para a Igreja Católica, o que demonstra a existência de presença humana. O povoamento da ilha era, nesta época ainda incipiente.

No entanto no ano de 1727, “escreve o ouvidor-geral Bravo Botelho, estribado nas informações colhidas junto do vigário da ilha, ter Santo Antão mais de quatro mil ‘pessoas de

---

<sup>2</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, Parte I, Imprensa Nacional, 1899, p.16.

<sup>3</sup> Idem, p.19.

<sup>4</sup> FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira, Estudos sobre a Ilha de Santo Antão, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, p.5.

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Luís de, O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde, in História de Cabo Verde, Vol. I, Lisboa, 1991, p.38.

<sup>6</sup> MATOS, Artur Teodoro, Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII, in História das Ilhas Atlânticas (Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas) II Vol., Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1997, p.1.

<sup>7</sup> SILVA, António Correia e, Espaço, Ecologia e Economia Interna, in História Geral de Cabo Verde, Vol. I, 1991, p.228.

confissão, das quais são escravos quinhentas e duas’ ”<sup>8</sup>. O vigário tinha assento permanente na ilha de Santo Antão, o que aponta já para um certo crescimento da população.

Alguns anos mais tarde, a ilha chega mesmo a ultrapassar em termos populacionais a ilha do Fogo, passando a ocupar o segundo lugar entre as ilhas do arquipélago, com 4302 habitantes no ano de 1731. Em 1759 reverteu para a coroa. Segundo Lopes de Lima, “(...) toda povoada d’Escravos, que os seus ricos donatários alli tinham introduzido de Guiné, e com os quais a tinha unicamente colonizado, sem admitirem casaes Europeus”<sup>9</sup>. Mais à frente, o mesmo autor escreve que “(...) todavia desde os fins do século passado começaram a acudir famílias Europeias, que ali se fixaram convidadas pela excelência dos ares, e fertilidade da terra (...)”<sup>10</sup>.

O povoamento é feito na sua maioria, por escravos pertencentes ao donatário, mas certamente também por alguns homens brancos livres.

### 3. Organização Administrativa

#### A – As Doações

O primeiro sistema de exploração instaurado na ilha de Santo Antão foi a donatária. Este sistema foi transplantado de Portugal e implantado nas novas terras descobertas. Ao donatário era cedido pelo rei a totalidade ou parte dos seus direitos, ficando este com o encargo de explorar e povoar esse território. O soberano ao fazer a doação, concedia ao donatário as funções de capitão, estabelecendo assim no território uma capitania donatária. As doações tinham como objectivo povoar os terrenos descobertos, torna-los produtivos sem despesas para a Coroa e permitia recompensar a nobreza pelos serviços prestados.

O donatário detinha muitos privilégios económicos, jurídicos e administrativos. Podiam cobrar impostos, conceder terras em regime de sesmaria. Tinham jurisdição cível e crime, ficando reservado ao rei o talhamento de membros e a pena de morte.

---

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, Luís de, Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades, in História Geral de Cabo Verde, Vol. III, 2002, p.2.

<sup>9</sup> LIMA, José Joaquim Lopes de, Ensaio sobre a Statistica das possessões Portuguesas ..., Imprensa Nacional, Lisboa, 1844, p.73.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p.74.

O sistema de doações vigorou na ilha de Santo Antão de 13 de Janeiro de 1438 a 7 de Agosto de 1759<sup>11</sup>.

Segundo Lopes de Lima, “O primeiro documento que se encontra de ela ter sido aproveitada é a carta de Doação de 13 de Janeiro de 1538, pela qual El Rei D. João 3º a deu de jure e herdade a João de Sousa, e por este morrer logo, a Gonçalo de Sousa seu irmão, ambos filhos de Pêro da Fonseca, e de D. Violante de Sousa (...)”<sup>12</sup>.

No ano de 1593, na gerência de Portugal pelos Filipes de Espanha, de 1580 a 1640, o rei Filipe II fez a doação da ilha “(...) ao conde da Orta D. Francisco de Mascarenhas, com o título de conde de Santa Cruz de Santo Antão, por ter vagado para a coroa pelo falecimento do donatário Gonçalo de Sousa da Fonseca (...)”<sup>13</sup>. O novo donatário devia tomar “(...) posse do gado e escravos e de todos os móveis existentes na ilha, pertencentes a Beatriz de Távora mulher de Gonçalo de Sousa, à qual ficarão somente as terras que o seu marido e seus sucessores tinham e compraram nas ilhas”<sup>14</sup>.

Em 1608, o rei Filipe II, confirma a doação de Santo Antão ao segundo conde de Santa Cruz, D. Martinho de Mascarenhas. A ilha tinha sido anteriormente doada ao seu pai D. Francisco de Mascarenhas, em 1593. Morrendo D. Martinho, a ilha será herdada por sua filha D. Beatriz Mascarenhas. O rei Filipe III ortogou a doação ao seu marido, D. João de Mascarenhas, no ano de 1624 que depois foi-lhe retirada por sentença e doada em 1625, ao seu filho D. Martinho de Mascarenhas, quarto conde de Santa Cruz, herdeiro directo de D. Beatriz.

Com a morte de D. Martinho de Mascarenhas, em 1685 a ilha passa para seu filho, D. João de Mascarenhas, quinto conde de Santa Cruz, que em 1724 vende a ilha aos ingleses, que enviaram um navio para tomar posse da ilha, e ai deixaram um feitor. Partiram depois para Inglaterra donde deveriam trazer alguns casais ingleses e artilharia. Entretanto o rei D. João V, mandou expulsar os ingleses da ilha, e esta reverteu de novo à coroa.

Alguns anos mais tarde, em 1732, a doação será feita desta vez a D. José de Mascarenhas, sexto conde de Santa Cruz, mas ser-lhe-ão restringidos os privilégios, pois será obrigado a mandar despachar os produtos à alfândega de Santiago, a submeter-se à fiscalização dos direitos, ficando a manutenção da ordem a cargo dos feitores e capitães-mores de nomeação régia.

---

<sup>11</sup> MARQUES, Maria Haydée Ferreira Ferro, Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1460 – 1900), ICLD, Praia, 1998, p.13.

<sup>12</sup> LIMA, José Joaquim Lopes de, op. cit., p.72.

<sup>13</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, op. cit., p.174.

A Ilha de Santo Antão passa para à posse da coroa pelo alvará de 17 de Janeiro de 1759, a mando do Marquez de Pombal, depois de D. José de Mascarenhas ter sido considerado cúmplice no atentado contra a vida do rei D. José I. A 7 de Agosto do mesmo ano foi lavrado o auto da posse da ilha ao administrador geral da Companhia Grão Pará e Maranhão, o capitão-mór Pedro Cardoso, pelos juízes ordinários, sendo entregue nominalmente a ilha e tudo o que administrava D. José de Mascarenhas. A companhia nomeará para Santo Antão o administrador Luiz António da Silva.

## **B – A Administração Geral**

No seguimento do incidente da venda da ilha de Santo Antão aos ingleses a coroa nomeará um capitão-mór.

Assim, “Em Novembro de 1727 mandou-se a nomeação e ordens de capitão-mór de Santo Antão, S. Vicente e S. Nicolau a Sebastião de Mendonça e Zuniga, para por cobro aos abusos dos ex-donatários de Santo Antão, que se faziam herdeiros de todos os bens dos moradores n’ella falecidos, ainda que tivessem filhos, e também na cobrança dos direitos reaes”<sup>15</sup>.

Tendo tomado posse a 29 de Julho de 1727, Sebastião de Mendonça de Zuniga passou a governar Santo Antão com uma guarnição de 12 soldados. No mês seguinte mais precisamente a 10 de Agosto, terá lugar a cerimónia de passagem da ilha para a administração da coroa.

O procurador de D. João de Mascarenhas, entregará a Mendonça e Zuniga todos os bens que o donatário possuía na ilha.

O Capitão-mór Mendonça e Zuniga vai cometer algumas irregularidades, com graves prejuízos para a Fazenda, pois cobrava os rendimentos e vendia os produtos produzidos na ilha em proveito próprio.

Como escreveu Zelinda Cohen, “Para além de Sebastião de Mendonça de Zuniga, Santo Antão chegou a ter, ainda, dois outros capitães de nomeação régia: Cláudio Roquete da Silva, em 1731, e José Vieira da Silva, provido em fins de 1734, mas que não chegou a tomar posse por ter morrido, na Ilha de São Nicolau, quando ia a caminho de Santo Antão”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p.174.

<sup>15</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, Parte II, 1902, p.254.

<sup>16</sup> COHEN, Zelinda, *A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós – União Ibérica. Continuidade e Rupturas*, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. III, Lisboa, 2002, p.141.

Cláudio Roquete da Silva, empossado pelo ouvidor-geral em 1732, vai descrever a desordem que encontrou na Fazenda Real, e a falta de obediência dos moradores para com ele.

Este capitão-mór terá menos poderes do que Mendonça de Zuniga tinha sobre a ilha, pois ficou apenas com o governo militar da ilha. Efectivamente, à Câmara cabia o governo político ficando isenta da jurisdição do capitão-mór e do feitor da ilha.

A Cláudio Roquete sucede, em 1740, Francisco de Lima nomeado pelo donatário D. José de Mascarenhas, a que já nos referimos.

No ano de 1742, este capitão tratava de forma cruel os habitantes de Santo Antão, que também foram vítimas de uma epidemia, que causou muitas mortes. Exasperados pelos excessos de Francisco de Lima, os habitantes chegam mesmo a prende-lo e a depor os oficiais. Uma das causas do conflito foi a cobrança de foros, feito pelos representantes do donatário.

A coroa vai ordenar ao Ouvidor-Geral, em 1748, que retire a residência e prenda Francisco de Lima, deixando uma providência à câmara para não mais admitir, como capitão-mór, pessoas nomeadas pelo donatário, sem que essas sejam confirmadas no seu posto pelo Concelho Ultramarino.

## **C – A Câmara Municipal**

No século XVIII, haverá alterações a nível administrativo, sobretudo devido ao desenvolvimento social e económico da ilha, graças ao aumento da população dos núcleos populacionais.

O então Ouvidor-Geral “(...) o Dr. Ribeiro escreveu a El-rei, em 16 de Abril de 1731, sobre o estado do governo das ilhas e liberdade em que viviam os seus moradores, a que era preciso dar-se remédio, assim do espiritual como do temporal, propondo o que se devia fazer”<sup>17</sup>. Em resposta coroa mandou que fossem aplicadas, as leis do reino às ilhas da Brava, Maio, Boavista, S. Nicolau e Santo Antão, que até então eram governadas pela ilha de Santiago.

O Ouvidor-Geral Costa Ribeiro, na sua carta refere que na Ilha de Santo Antão, na povoação de Ribeira Grande existiam mais de 360 fogos e S. Nicolau mais de 260 habitantes, ambas com capacidade para serem erigidas à condição de vila com juizes ordinários,

---

<sup>17</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, op. cit., p.265.

vereadores e oficiais da câmara, pois o número de moradores de cada uma das ilhas permitia encontrar vinte e quatro pessoas capazes de servirem alternadamente, doze, em cada três anos<sup>18</sup>. No seu entender, o facto de só existir os ditos “brancos da terra” e pretos, não constituía obstáculo para a constituição do concelho da ilha de Santo Antão.

A 7 de Maio de 1732, Costa Ribeiro por ordem régia, fez o primeiro termo de vereação na Ribeira Grande para a eleição dos oficiais da câmara e deu à posse aos respectivos oficiais, por um período de três anos. Assim foi criada pela primeira vez, o concelho da Ilha de Santo Antão. Também é elevada a povoação de Santa Cruz à categoria de vila, com a denominação de Vila da Ribeira Grande, que passa a ser sede do concelho. Por não existir instalações para o funcionamento da câmara, esta começou a funcionar nas casas da Fazenda.

O Ouvidor-Geral deixou ordem aos oficiais, para que construíssem o edifício que devia acolher a Câmara, com um pelourinho à frente do edifício e uma cadeia na parte de baixo. Para a construção e uma rápida conclusão das obras deveriam contribuir todos os moradores da vila.

Foram estabelecidas as receitas, o modo de arrecadá-las e as despesas, que não iam “(...) além do pagamento da carta de confirmação dos novos juizes, da propina para o secretário ultramarino e da realização da festa anual da Santo Antão, contava-se as remunerações anuais do escrivão, alcaide, pregoeiro e porteiro da Câmara, bem como as despesas decorrentes da eventual visita ao corregedor à Ilha, com o seu escrivão e meirinho”<sup>19</sup>. As receitas, viriam dos foros pagos pelos foreiros do concelho, da utilização dos terrenos de cultivo, produtos semeados, dizimo do gado e posse das casas.

O governo militar, ficaria a cargo de um capitão-mór a quem incumbia o alistamento e organização dos diferentes ofícios. A eleição do capitão-mór, ficaria a cargo da câmara e tinha de ser confirmada pelo rei.

Ficou estipulado, que mediante a aprovação da câmara, os moradores podiam fazer a criação, a pastagem de gado, construir as suas casas, cultivar novas plantações, devendo ser – lhes exigido a limpeza das ruas e a conservação das suas casas.

A área de jurisdição da câmara “(...) abrangia toda a ilha, pois o município da Ribeira Grande manteve-se, até finais do século XIX (1870), como a única estrutura de poder

---

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p.265.

<sup>19</sup> MATOS, Artur Teodoro de, Santo Antão de Cabo Verde (1724 – 1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais, in Dimensão Atlântica da África, II Reunião Internacional de História da África, Rio de Janeiro, 1996, p.194.

municipal em Santo Antão, assumindo a liderança no conjunto da ilha, tarefa difícil, tendo em conta a localização de núcleos populacionais nos recantos mais distantes da ilha e os poucos recursos de que dispunha o concelho”<sup>20</sup>.

Para além das dificuldades, já referidas, a câmara debater-se-á com o problema das fomes, epidemias e com os poderes concorrentes do capitão-mór e do feitor.

A câmara nos primeiros tempos da sua criação era presidida pelo Juiz mais velho, com mandato anual. Os cargos municipais eram obrigatórios e não remunerados.

No ano de 1834, só podiam votar e ser eleitos, aqueles que tinham poder económico. O número de vereadores a serem eleitos, deveria ser proporcional ao número de habitantes do concelho. O elenco camarário vai ser constituído por sete vereadores, ficando como presidente o que tivesse maior número de votos.

Com o Código Administrativo de 1842, a câmara vai ser composta por cinco vereadores, tendo um cantoneiro, um zelador, um oficial da câmara e os varredores. O Administrador do Concelho passa a ser o Presidente da Câmara que será auxiliado por um secretário, um amanuense e um oficial.

Cada uma das freguesias do concelho tinha um regedor e cabos de polícia.

As populações das freguesias distantes da sede da administração reclamaram pela formação de um outro concelho, devido ao prejuízo e incomodo a que eram sujeitos, pela longa distância que tinham de percorrer.

Por decreto de 3 de Abril de 1867, a ilha foi dividida em dois concelhos, um com sede na Ribeira Grande, que mais tarde vai ser transferida para a Vila D. Maria Pia por decreto de 23 de Dezembro de 1885, e o outro no Paul com sede na vila das Pombas.

O Concelho da Ribeira Grande abrangeria a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, a freguesia de Santo Crucifixo e a freguesia de S. Pedro Apóstolo. Enquanto que o concelho do Paul compreenderia a freguesia de Santo António das Pombas e S. João Baptista.

Em 1892, por decreto de 24 de Dezembro, foi extinto o Concelho do Paul, “Por se considerar que não ficava bem o concelho à porta do outro e por a ilha ser muito extensa e que a criação devia incidir sobre Carvoeiros, actual Porto Novo (...)”<sup>21</sup>, dando lugar a um único concelho de primeira classe em Santo Antão com sede na Vila D. Maria Pia. Vamos ter 2/3 do território de Santo Antão sob a administração do Concelho da Ribeira Grande, “Vê-se

---

<sup>20</sup>LOPES, Maria José, Câmara Municipal de Santo Antão: Criação e Evolução (1732 – 1870), in Revista Africana, Nº5, especial, Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, 1998, p.112.

<sup>21</sup>ROCHA, Agostinho, Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462 – 1983), Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1990, p.62.



claramente que não foi criado o concelho de Santo Antão mas sim um concelho com sede na Ribeira Grande<sup>22</sup>. Mais tarde, no ano de 1917, entrou de novo em funcionamento o Concelho do Paul. No ano de 1962, vai ser criado o Concelho do Porto Novo, “(...) depois de ter passado por um posto administrativo, a partir de 1942<sup>23</sup>”.

Apesar de todas essas reformas administrativas, a Câmara, como parceira na administração da ilha, vai conquistar o seu espaço como poder local, até aos nossos dias.

---

<sup>22</sup> FERREIRA, José Manuel Silva Pires, Geração Dourada, Ensaio da História da Ilha de Santo Antão, 1861 – 1893, Edições Calabedoché, São Vicente, 1999, p.134.

<sup>23</sup> ROCHA, Agostinho, op. cit., p.62.

## CAPÍTULO II

### II – A Vida Económica do Concelho da Ribeira Grande

O Concelho da Ribeira Grande é o principal centro administrativo e económico da Ilha de Santo Antão. A Vila da Ribeira Grande, antes denominada de Povoação de Santa Cruz, é um dos centros populacionais mais antigos do concelho e da ilha. Por se situar na confluência de duas ribeiras, com água abundante, solo fértil e pela proximidade do mar, permitiu a fixação e a prática da agricultura.

Esta vila fica situada a Nordeste da Ilha de Santo Antão, na latitude de 17°11' Norte e longitude de 25°05' a oeste de Greenwich, na confluência das ribeiras Grande e da Torre; está cercado por altas montanhas, exceptuando do lado do mar.

Na segunda metade do século XIX, o concelho abrangia a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, a freguesia de Santo Crucifixo e a freguesia de S. Pedro Apóstolo. Este ocupa  $\frac{1}{4}$  da superfície da ilha com uma extensão de 166.7 km<sup>2</sup>.

A sede do concelho localiza-se na Vila da Ribeira Grande, que mais tarde viria a ser transferida para a Vila D. Maria Pia, antes denominada aldeia da Ponta do Sol.

No ano de 1871, o concelho tinha cerca de 12.213 habitantes, distribuídos da seguinte forma: a freguesia de Nossa Senhora do Rosário com 5.512 habitantes, a freguesia de Santo Crucifixo com 4.928 habitantes e a freguesia de S. Pedro Apóstolo com 1.773 habitantes<sup>24</sup>.

A freguesia de Nossa senhora do Rosário é montanhosa, com várias ribeiras e com uma grande orla marítima. Nas ribeiras há uma abundância de água, solo fértil o que faz com que a actividade predominante seja a agricultura de regadio enquanto que nas zonas montanhosas pratica-se a agricultura de sequeiro. A proximidade do mar faz com que alguns habitantes se dediquem à pesca, principalmente na Ponta do Sol. A freguesia de Santo Crucifixo é percorrida na sua extensão pelo vale da Ribeira Grande, tem água abundante e terrenos férteis. É limitada pelas outras freguesias, o que faz com que não tenha ligação com o mar. A actividade predominante nesta freguesia é a agricultura. A freguesia de S. Pedro Apóstolo também é muito montanhosa, com uma orla marítima muito acidentada. A principal actividade a que se dedicam os habitantes é a agricultura. A natureza do concelho da Ribeira Grande, os condicionalismos geográficos vão determinar a dinâmica económica das diferentes localidades.

---

<sup>24</sup> B.O. Nº 21, ano de 1872.

## 1. A Agricultura

A Ribeira Grande é um concelho essencialmente rural, tradicionalmente agrícola, muito dependente das chuvas que sempre foram escassas. A falta de solo arável, devido ao relevo montanhoso é um outro condicionalismo imposto pela natureza.

Uma grande porção da área cultivável foi criada pelos agricultores, que construíram socalcos de modo a aproveitar os terrenos nas encostas das montanhas.

Os produtos cultivados eram sobretudo o milho, feijão, batata, mandioca, destinado à alimentação, a cana sacarina e o café, destinados ao comércio. Na Vila da Ribeira Grande e nas outras povoações, havia hortas e quintais, que ficavam junto às casas, onde podíamos encontrar muitas bananeiras e árvores de frutos.

O cultivo do milho e do feijão era feito nos terrenos de sequeiro, situado nas encostas, sendo as colheitas muito dependentes das chuvas. Em contrapartida, a cana sacarina e o café eram cultivados nos terrenos de regadio, situados nos vales onde existia água em abundância. As colheitas da cana sacarina e do café eram mais abundantes, enquanto que a do milho era mais diminuta nos anos em que não chovia.

Não se fazia grandes melhoramentos na agricultura pois nem mesmo os prejuízos dos anos em que não chovia, nem quando as colheitas eram atacadas por pragas, os agricultores tentavam introduzir novos produtos ou novas técnicas de cultivo.

Uma grande parte dos habitantes do concelho era constituída por proprietários rendeiros e meeiros. No de 1881 o concelho tinha um total de 14.270 habitantes, tendo a freguesia de Nossa Senhora do Rosário 6.720 habitantes, de entre os quais 695 eram proprietários e agricultores; a freguesia de Santo Crucifixo com 5.287 habitantes tinha 828 proprietários e agricultores; e a freguesia de S. Pedro Apóstolo com 2.263 habitantes sendo 83 proprietários e agricultores<sup>25</sup>. Se tivermos em conta também os trabalhadores sasonais contratados na época das sementeiras e colheitas, que muitas vezes têm um outro ofício, o número de pessoas no concelho ligadas à agricultura e que dela dependem será bem maior.

Nos anos de escassez de chuva havia crises alimentícias, sobretudo devidas às péssimas colheitas do milho, a base da alimentação no concelho. Podemos referir-nos ao ano de 1875-1876 em que mais uma crise, provocada pela falta de chuva, provocou a carência de

---

<sup>25</sup>B.O. N°42, ano de 1881.

gêneros alimentícios<sup>26</sup>. Na acta de vereação da Câmara de 6 de Novembro de 1875, refere-se à criação de uma comissão para apresentar o melhor meio de resolver a crise alimentícia que se fazia sentir. Reconhece-se que “(...) o estado alimentício da ilha não é lisongeiro, que haverá mesmo grande carestia de mantimentos talvez por mais de um ano e que é necessário lançar mão de todos os recursos possíveis para que a fome não faça victima entre as classes indigentes”<sup>27</sup>. A comissão vai propor à Câmara a supressão dos direitos aduaneiros sobre os produtos alimentares importados e a abertura de trabalhos concelhios que empregassem um grande número de trabalhadores. O estado do concelho agravou-se devido à escassez de gêneros alimentícios produzidos no concelho, mas também por não poder contar, muitas vezes, com gêneros de primeira necessidade vindos do estrangeiro.

Mas as crises alimentícias não eram sentidas da mesma forma nas freguesias do concelho. A freguesia de S. Pedro Apóstolo necessitava de atenção especial, porque tinha povoações que ficavam distantes da sede do concelho, encravadas em vales profundos. No ano de 1884, o Administrador do concelho, António Ignacio Nobre dá conta que, “A freguesia de S. Pedro Apóstolo mui principalmente as povoações já mencionadas [Figueiras, Ribeira Alta e Ribeira de Inverno] carecerão durante a estação das chuvas (Agosto, Setembro e Outubro) de protecção especial do governo, não só porque os seus habitantes residem mui distante das localidades onde se acham em execução trabalhos do Estado, como também tendo ali sido nullas as colheitas do ano passado, não poderão sem essa protecção empregar-se com feliz resultado nas próximas sementeiras (...)”<sup>28</sup>. Podemos constatar a necessidade de abertura de trabalhos do estado, para atenuar as crises alimentícias provocadas pelos péssimos anos agrícolas. Procediam também à distribuição de alqueire de milho aos pequenos agricultores, nas zonas mais afectadas, para que estes pudessem fazer a sementeira, uma vez que as colheitas do ano anterior tinham sido péssimas<sup>29</sup>. Os produtos como o arroz e o milho eram postos a venda pelas autoridades a um baixo preço.<sup>30</sup>

A criação de gado era outra actividade a que se dedicavam os habitantes. No seu relatório de 14 de Abril de 1888, o Administrador do Concelho Francisco Tavares de Almeida, dá-nos conta que no concelho “Não há creadores, sendo o principal motivo a falta

---

<sup>26</sup> AMARAL, Ilídio, Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, nº48, 2ª Série, 1964, p.188-189.

<sup>27</sup> S.G.G., cx. Nº268 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1872 – 1877.

<sup>28</sup> S.G.G., cx. Nº270 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

<sup>29</sup> Ibidem

<sup>30</sup> Ibidem

de pastos”<sup>31</sup>. Isso porque no momento em que se fez a divisão da Ilha de Santo Antão em dois concelhos, o do Paúl ficou com a posse dos terrenos destinados à pastagem. No entanto, muitos proprietários, para além do cultivo das terras, dedicavam-se à criação de gado suíno, bovino e caprino. Fazia-se também a criação de galinhas, perus, patos, coelhos, entre outros.

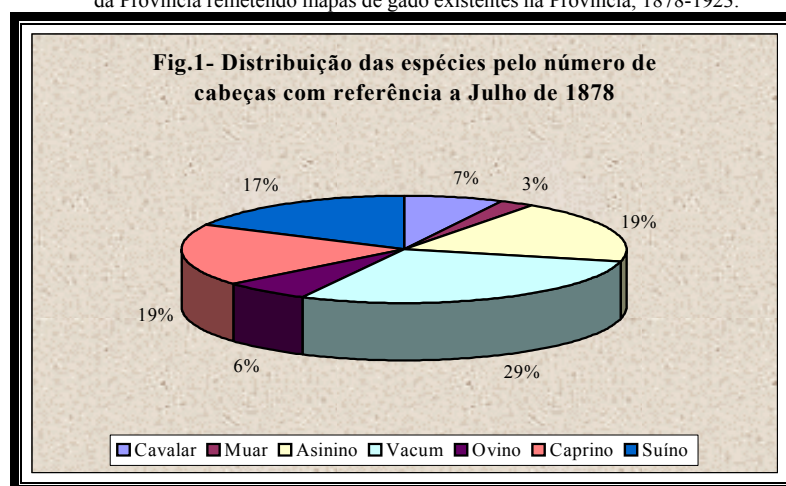
Os mapas estatísticos do gado manifesto no concelho, dá-nos uma ideia do número de cabeças de gado existentes e o valor correspondente. Isso apesar de possivelmente, os criadores não transmitirem o número exacto de cabeças de gado que possuíam, com medo de possíveis impostos.

Passaremos a analisar dois mapas estatísticos referentes aos anos de 1878 e 1880.

**Quadro n.º 1 – Mapa estatístico do gado manifesto no concelho da Vila da Ribeira Grande, Santo Antão, Julho de 1878.**

| Espécies | Número de cabeças | Valor médio por cabeça | Total       |
|----------|-------------------|------------------------|-------------|
| Cavalar  | 227               | 25\$000                | 5.675\$000  |
| Muar     | 80                | 50\$000                | 4.000\$000  |
| Asinino  | 591               | 8\$000                 | 4.728\$000  |
| Vacum    | 910               | 20\$000                | 18.200\$000 |
| Ovino    | 197               | 1\$800                 | 354\$600    |
| Caprino  | 590               | 1\$200                 | 708\$000    |
| Suíno    | 550               | 5\$000                 | 2.750\$000  |
| Total    | 3.145             |                        | 36.415\$600 |

Fonte: S.G.G., ex. N.º722, correspondência recebida das administrações dos concelhos da Província remetendo mapas de gado existentes na Província, 1878-1923.

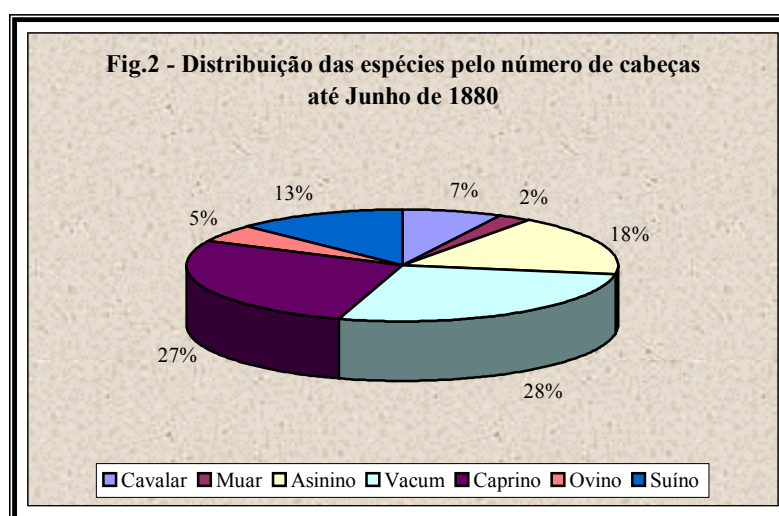


<sup>31</sup>B.O. N.º17, ano de 1888.

**Quadro n.º 2 – Mapa estatístico do gado existente no Concelho da Vila da Ribeira Grande, Santo Antão, 30 de Junho de 1880.**

| Espécies | Número de cabeças | Valor médio por cabeça | Total       |
|----------|-------------------|------------------------|-------------|
| Cavalar  | 194               | 25\$000                | 4.850\$000  |
| Muar     | 63                | 50\$000                | 3.150\$000  |
| Asinino  | 456               | 8\$000                 | 3.648\$000  |
| Vacum    | 708               | 16\$000                | 11.328\$000 |
| Caprino  | 713               | 1\$000                 | 713\$000    |
| Ovino    | 136               | 1\$200                 | 163\$200    |
| Suíno    | 329               | 8\$000                 | 2.632\$000  |
|          | 2.599             |                        | 26.484\$000 |

**Fonte:** S.G.G., cx. N.º722 – correspondência recebida das Administrações dos concelhos da Província remetendo mapas de gado existentes na Província, 1878-1923.



Vamos verificar uma diminuição do número de cabeças de gado, de 3.145 em 1878, para 2.599 em 1880.

As espécies cavalar, muar e asinino, apesar da diminuição do número de cabeças, mantêm igual valor médio por cabeça, nesses dois anos. Em contrapartida, a espécie vacum, suína e ovina, mesmo com a diminuição do número de cabeças, sofre uma baixa do preço médio por cabeças, verificando-se contudo uma subida do valor médio por cabeça da espécie suína, em 1880.

A diminuição do número de cabeças de gado em quase todas as espécies se justifica possivelmente pelos efeitos, ainda sentidos, da crise alimentícia provocada pela longa estiagem ocorrido em 1875 – 1876.

Na Vila da Ribeira Grande fazia-se o abate do gado vacum, para o consumo público duas vezes por semana e do gado caprino e ovino não tão regularmente.

## 2. O Comércio

No concelho, o comércio era condicionado pela falta de vias de comunicação e pelos portos de desembarque que não tinham boas condições. A Vila da Ribeira Grande, tinha um maior movimento comercial, mas a ligação com as zonas mais produtivas do concelho era dificultada o que tornava o transporte dos produtos tornava-se dispendioso.

Os produtos comercializados no mercado eram géneros de produção agrícola local e vindos do estrangeiro.

Foi estabelecido em 1873 o mercado diário da Vila da Ribeira Grande, aberto ao público a 13 de Julho do mesmo ano<sup>32</sup>.

Os géneros de produção local que se podia encontrar no mercado, eram as seguintes: aguardente, açúcar, batata inglesa, azeite de purga, café, carne de vaca e de porco, farinha de mandioca, feijão, mandioca, mel, milho, peles de cabra, sal, urzela, etc. Os produtos importados do estrangeiro eram os seguintes: arroz, açúcar branco, azeite de oliveira, bacalhau, chá, manteiga, farinha de trigo, petróleo, vinagre, vinho, feijão, massas, etc.

Os preços dos géneros expostos no mercado público variavam consoante as colheitas obtidas e a regularidade ou não do abastecimento feito pelas embarcações que vinham do estrangeiro. Possivelmente, era sentida a falta de alguns géneros de primeira necessidade devido à escassez de géneros que vinham do estrangeiro. No relatório do Administrador do Concelho, Augusto Ferreira Lima, de 11 de Março de 1878, nos dá conta que o estado do comércio “(...) tende a melhorar devido a chegada a esta Ilha dos navios vindos ultimamente de Lisboa com fazendas e géneros alimentícios”<sup>33</sup>. Isso só demonstra a necessidade de importação do exterior, para uma melhoria do comércio.

---

<sup>32</sup>S.G.G., cx. N°268 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1872 – 1877.

<sup>33</sup>S.G.G., cx. N°269 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

Constata-se também que o movimento comercial com o exterior estagnava, quando não se exportava para a Europa ou para as outras ilhas os produtos produzidos no concelho. Era a exportação desses produtos locais que davam outro ânimo ao comércio.

Exportava-se para as outras ilhas, principalmente para São Vicente, produtos tais como: batata inglesa, milho, feijão, café, laranja, bananas, aguardente, mel, mandioca, galinhas, perus, patos, ovos, gado vacum e cabrum, tabaco em rolo, etc<sup>34</sup>.

Para a Europa fazia-se a exportação de aguardente, café, açúcar e peles de animais, couros, urzela. Embora a exportação desses produtos estivesse condicionada a abundância ou não da colheita do café e da cana sacarina, como também da oscilação dos preços praticados na Europa. A exportação desses produtos tinha um grande peso na economia do concelho e da ilha.

O relatório do Concelho da Vila da Ribeira Grande, relativo ao ano de 1881, do Administrador do concelho, João Simões Afra, fornece-nos dados sobre a exportação de café só para fora da província que foi de 131.673 Kilos, num valor aproximado de 27.000\$000 réis; a de aguardente foi de 14.060 litros, num valor superior a 240\$000 réis<sup>35</sup>, apesar da colheita ter sido limitada.

Durante o ano económico de 1881-1882 na ilha de Santo Antão, o valor exportado de café foi de 19.605.611\$000 réis e de aguardente foi 5.484.220\$000 réis<sup>36</sup>. Estes dados dizem respeito aos principais géneros de produção da província, em que se pode comparar o valor exportado por cada ilha. A soma do valor da exportação de aguardente, produzido nas ilhas de Cabo Verde, foi de 6.423.500\$000 réis sendo a percentagem exportada por Santo Antão de 85,4%; a soma do valor da exportação do café foi de 29.895.342\$000 réis, sendo a percentagem exportada por Santo Antão de 65,6%, o que demonstra a importância que esses produtos de Santo Antão tinham na economia do arquipélago (ver Anexo1).

No ano de 1880, o número de casas comerciais existentes no concelho, era de 104, sendo 94 na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 6 na freguesia de Santo Crucifixo e 4 na freguesia de São Pedro Apóstolo. Estas lojas estavam divididas por classes; assim, tínhamos 2 de 1ª classe: loja de mercador por atacado e armazéns; 25 de 2ª classe: comércio a retalho e permuta de fazendas e géneros comestíveis; 1 de 3ª classe: estabelecimentos de vinho, cerveja

---

<sup>34</sup> MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS, Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo, Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional, Publicação do Ministério da Habitação e Obras Públicas, Lisboa, 1984, p.32.

<sup>35</sup> B.O. N.º47, ano de 1882.

<sup>36</sup> S.G.G., cx. N.º683 – Mapas estatísticos diversos referentes ao ano 1881 – 1882. (1881 – 1883).



e outras bebidas; 42 de 4ª classe: tabernas onde se vende vinho e aguardente de produção da ilha; e 34 de diversas reunidas<sup>37</sup>.

Podemos observar que há um maior número de estabelecimentos onde se vende vinho e aguardente, em comparação com os estabelecimentos onde se vende géneros alimentícios.

Podemos igualmente constatar a importância do Concelho da Ribeira Grande, comparada com a cidade do Mindelo, criada em 1878. No ano de 1879, num relatório completo dos estabelecimentos comerciais existentes no Mindelo, havia: 1 armazém por grosso da casa Miller & Nephew, que abastecia os negociantes da terra e grande parte dos de toda a Província; 3 lojas de fazendas, mercearias e bebidas com venda por atacado e a retalho; 11 ditas de 1ª ordem de venda a retalho; 15 ditas de 2ª ordem; 108 tabernas; 7 padarias; 2 talhos; 5 casas de comida; 3 hotéis com casa de pasto; 2 botequins com jogo de bilhar<sup>38</sup>.

Os rendimentos camarários no que diz respeito às licenças e aferições das lojas baixou de 1.481\$710 réis em 1880, para 1.246\$294 réis em 1881. Vamos notar também uma certa diminuição do número de lojas no ano de 1881. Possivelmente, isso explica-se devido às chuvas torrenciais caídas em 1881 que causaram grandes estragos e à baixa do preço do café da ilha, nos mercados de Portugal.

**Quadro n.º 4 – Mapa das Casas Comerciais do Concelho no Ano de 1881 comparadas com as do Ano de 1880.**

| Classes         | Número de Lojas |           | Diferença |           |
|-----------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|
|                 | 1880            | 1881      | A mais    | A menos   |
| <b>Primeira</b> | <b>2</b>        | <b>1</b>  | <b>–</b>  | <b>1</b>  |
| <b>Segunda</b>  | <b>25</b>       | <b>48</b> | <b>23</b> | <b>–</b>  |
| <b>Terceira</b> | <b>1</b>        | <b>3</b>  | <b>2</b>  | <b>–</b>  |
| <b>Quarta</b>   | <b>76</b>       | <b>41</b> | <b>–</b>  | <b>35</b> |
| <b>Soma</b>     | <b>104</b>      | <b>93</b> | <b>25</b> | <b>36</b> |

**Fonte:** Relatório do concelho da Vila da Ribeira Grande da Ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1881; B.O. nº 45 ano de 1882.

<sup>37</sup> B.O. Nº42, ano de 1881.

<sup>38</sup> MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS, Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbana da Cidade do Mindelo, Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional, Publicação do Ministério da Habitação e Obras Públicas, Lisboa, 1984, p.31.

No ano de 1881, comparativamente ao ano de 1880, vamos ter menos uma loja de 1ª classe, há mais 23 lojas de 2ª classe e mais 2 lojas de 3ª classe. Há também uma diminuição das lojas de 4ª classe. No total das lojas nos dois anos, podemos verificar que, em 1881, houve menos 11 lojas. Vamos verificar um aumento de estabelecimentos onde se pratica o comércio a retalho e permuta de fazendas e géneros alimentícios.

O relatório do Administrador do Concelho, Francisco Tavares de Almeida, de 14 de Abril de 1888, nos informa que, “Nos últimos dois anos tem augmentado consideravelmente o número de comerciantes”<sup>39</sup>.

Os dados que o Administrador forneceu no seu relatório, comprovam que o número de estabelecimentos comerciais aumentou nos anos de 1886 e 1887. No ano económico de 1885 tínhamos um total de 58 estabelecimentos comerciais, em 1886 aumentaram para 74 e em 1887 para 83.

Os sucessivos administradores do Concelho da Ribeira Grande nos seus relatórios mensais, demonstravam uma certa preocupação relativamente ao estado alimentício deste concelho e aos preços praticados pelos comerciantes. Principalmente com o preço do arroz e do milho que eram os produtos mais consumidos. Ora quando havia escassez desses produtos apareciam no mercado por preço muito elevado o que tornava mais precária a situação dos consumidores.

A preocupação das autoridades locais com os preços praticados pode ser constatada no relatório referente ao mês de Julho de 1884, em que o Administrador António Ignácio Nobre refere que, “ Ao contrário do que aconteceu em igual quadro do anno findo, os géneros expostos a venda pelo comércio tiveram pouca procura em Julho o que eloquentemente demonstra que o povo lucha presentemente com menos dificuldades para encontrar meios sufficientes para a sua alimentação sem ser preciso recorrer ás lojas de venda.”<sup>40</sup>.

No que diz respeito à freguesia de São Pedro Apóstolo, consta-se que passava por algumas privações, por os estabelecimentos comerciais serem poucos e por vezes não se encontrar à venda o principal género de alimentação, que era o milho. Era necessário pôr à venda, géneros a preços acessíveis aos habitantes

---

<sup>39</sup> B.O. Nº17, ano de 1888.

<sup>40</sup> S.G.G., cx. Nº270 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

### 3. A Indústria

A indústria era inexistente, havendo só manufacturas de alguns produtos dependentes do sector agrícola. Consistia na transformação de matérias-primas como a semente de purgueira e a cana sacarina.

Fazia-se da purgueira (*Jatropha Curas, L.*) a extracção do azeite, que era utilizado na iluminação. Com as cinzas dos ramos queimados da purgueira, misturada com o azeite extraído das sementes da purgueira, obtém-se um sabão muito rudimentar. As cinzas são colocadas num balaio onde se deita água, que vai cair numa vasilha. A substância obtida é colocada numa caldeira com azeite de purga, e são aquecidas. Mistura-se bem e obtém-se o sabão de purga.

A cana sacarina era utilizada no fabrico de aguardente, mel e açúcar mascavo. Para o fabrico da aguardente, mel e açúcar, utiliza-se o trapiche para espremer a cana sacarina, obtém-se a calda que é conduzida por um canal até a celha. Depois “A calda da celha é transportada em dois baldes de vinte litros cada um, transportadas ambos a pulsos dum homem à casa de caldas, onde é lançada nas balsas ou pipas de calda para o fabrico da aguardente, ou no tacho, caldeira de cobre, onde é transformada em mel ou melaço e em açúcar de terra”<sup>41</sup>. A calda ao atingir o ponto de fermentação, faz-se a destilação “(...) nos alambiques de cobre formados por uma caldeira, um condensador ou cabeção de alambique, de onde segue para o garrafão através dum tubo chamado cano, ou duma serpentina sempre irrigado com água que vem dum tanque através duma calha”<sup>42</sup>. Por fim a aguardente é armazenada em pipas.

Para além da produção do sabão, de azeite de purgueira, da aguardente, do mel e do açúcar, havia também o fabrico da cal. Ainda se fabricava, em pouca quantidade, produtos como o queijo, manteiga, tecidos e esteiras.

A aguardente fabricada no concelho era de boa qualidade, muito comercializado na ilha mas também exportada em grande quantidade para as ilhas vizinhas e para Portugal. Era, como vimos anteriormente, um produto de grande importância para a economia do concelho. Existia só no Concelho da Ribeira Grande mais de 60 trapiches para o fabrico da aguardente.

O consumo de aguardente no Concelho da Ribeira Grande era elevado o que originava alguns problemas. No relatório do Administrador do Concelho, Francisco Tavares de

---

<sup>41</sup>ROCHA, Agostinho, op. cit., p.40.

<sup>42</sup>Idem, ibidem, p.40.

Almeida, de 14 de Abril de 1888, podemos ler: “Encontra-se o bêbado por toda a parte, e, se compulsarmos a estatística das criminalidades, encontramos a embriaguês como causa primordial da maior parte dos crimes”<sup>43</sup>. Ainda nos dias de hoje o consumo excessivo de aguardente no concelho e em toda a ilha de Santo Antão é um problema que afecta sobretudo os jovens e tem sido causa de muitas mortes.

O fabrico de açúcar mascavo, não era feito em grande quantidade, e o processo de fabrico não era das melhores. Era exportado em pouca quantidade para Portugal onde o seu preço foi baixando ao longo dos anos.

O modo de fabrico do sabão fazia com que o produto final não fosse de grande qualidade. A sua produção era destinada ao consumo do concelho.

No fabrico da cal, havia um único proprietário dos dois fornos situados na Ponta do Sol, de nome Veríssimo José da Costa<sup>44</sup>. A produção era feita em pequena quantidade e possivelmente a qualidade era baixa por falta de matéria-prima adequada.

#### 4. As Vias de Comunicação

A criação de infra-estruturas locais que facilitam a comunicação, a circulação de pessoas e bens, a melhoria das condições de vida, a aproximação das comunidades, etc., é a condição fundamental para o desenvolvimento de qualquer localidade. Então podemos dizer que as vias de comunicação são uma das condições fundamentais, ou se não, a mais importante para a viabilização do desenvolvimento.

Neste capítulo, Ribeira Grande carecia de vias de comunicação, sobretudo devido ao relevo acidentado da ilha. Os caminhos da Vila da Ribeira Grande eram descritos como sendo muito perigosos e dificilmente transitáveis. O caminho que ligava a Vila da Ribeira Grande a Ponta do Sol, tinha alguns metros de largura, sobre um precipício, o que tornava a travessia arriscada. Mas era um dos caminhos mais frequentados, porque facilitava a comunicação entre a vila e o porto principal da ilha, que se situava na Ponta do Sol. Melhoramentos serão feitos no caminho da Ponta do Sol. Será construída uma das estradas de maior importância

---

<sup>43</sup>B.O. Nº17, ano de 1888.

<sup>44</sup>S.G.G., cx. Nº269 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

prática, da altura, da província de Cabo Verde, que foi entregue pelo governador ao município em 18 de Dezembro de 1875<sup>45</sup>.

A comunicação entre a vila e as freguesias de Santo Crucifixo e de S. Pedro Apóstolo, que ficava no interior do concelho, fazia-se através de caminhos feitos nos leitos das ribeiras ou em veredas.

No relatório de 20 de Março de 1881, o Administrador do concelho, João Simões Afra, refere-se à importância que teria uma estrada, pelo litoral que ligasse a da Ponta do Sol à fértil Ribeira da Garça pois traria “(...) um melhoramento de máximo alcance, não só para o desenvolvimento da riqueza agrícola d’aquela ribeira (...)”, como também para tirar os seus habitantes do isolamento em que viviam<sup>46</sup>. No ano de 1883, vai dar-se início à construção do caminho que deveria ligar a Ponta do Sol à Ribeira da Garça centro da freguesia de S. Pedro Apóstolo, tida como uma obra que iria dar nova vida ao concelho e pelos benefícios que traria aos habitantes das diversas localidades que estavam sofrendo devido ao péssimo ano agrícola.

O Administrador do Concelho, Francisco Tavares de Almeida, no seu relatório de 14 de Abril de 1888, aponta como necessidades locais o concerto da estrada que liga esta vila, D. Maria Pia à da Ribeira Grande, e a necessidade de conclusão da estrada entre esta vila e a Garça, começada em 1883, e a abertura de um caminho que ligue esta última vila à povoação do Coculi, freguesia de Santo Crucifixo<sup>47</sup>. As necessidades apontadas pelo administrador iam possivelmente ao encontro do desejo que os habitantes dessas povoações tinham em poderem comunicar com a então sede do concelho, mas também de poder dar escoamento aos seus produtos. Essas necessidades já vinham sendo sentidas há muito tempo.

Entre os concelhos da Ribeira Grande e do Paul, a ligação era feita através de caminhos construídos nas encostas de rochas sobranceiras ao mar, que em certos locais não chegavam a ter um metro de largura. No ano de 1878, deu-se início a construção da estrada que deveria ligar esses dois concelhos, mas esta em 1888, estava ainda por concluir.

Tendo em conta a natureza das vias de comunicação do concelho, eram percorridos muitas vezes a pé ou a cavalo, por aqueles que tinham possibilidades, enquanto que os produtos eram transportados à cabeça pelas mulheres e a cavalo.

As referidas vias de comunicação muitas vezes careciam de reparos, devido aos danos causados pelas chuvas. As autoridades municipais, principalmente nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, em que chovia, tinham de tomar providências necessárias para o

---

<sup>45</sup> FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira, Estudos Sobre a Ilha de Santo Antão, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, p.47.

<sup>46</sup> B.O. Nº 44, ano de 1881.

melhoramento dos estragos causados, o que muitas vezes não podiam fazer por falta de meios. Quando chovia em abundância, os leitos das ribeiras ficavam inundados, interrompendo assim as comunicações entre a Vila da Ribeira Grande e os bairros do Tarrafal e Penha da França. Pelas mesmas razões ficava a vila ficava impossibilitada também de se comunicar por alguns dias com a Ponta do Sol e a Povoação das Pombas no Paul.

Na sua correspondência datada de 5 de Setembro de 1881, o Administrador do Concelho, João Simões Afra, dá conta que depois das chuvas caídas nessa altura “(...) a estrada da Ponta do Sol ficou bastante arruinada e em diversos lugares impossível de transitarem cargas ou cavalleiros”<sup>48</sup> (ver Anexo 2).

Efectivamente, os caminhos que ligavam a vila às freguesias de Santo Crucifixo e S. Pedro Apóstolo, nos leitos das ribeiras, ficavam danificadas devido às cheias, que arrastavam tudo o que encontravam pela frente. No período das chuvas, o caminho da Ribeira Grande ao Paul, transformava-se num autêntico precipício inacessível.

A comunicação da ilha com o exterior era feita – através de alguns portos, que não tinham as melhores condições – em pequenas embarcações. O principal ancoradouro, o porto da Ponta do Sol, onde se situava a alfândega, era o mais frequentado por se situar perto das áreas mais produtivas do concelho o que facilitava o escoamento dos produtos. Esse porto era descrito como sendo perigoso por não oferecer boas condições de desembarque. Os navios eram obrigados a permanecer no alto mar, devido às maresias que dificultavam o desembarque, causando prejuízos aos comerciantes e sérios riscos às embarcações.

A aldeia da Sinagoga, situada entre o Concelho da Ribeira Grande e do Paul, tinha um porto frequentado diariamente por embarcações de pequeno lote, que faziam a ligação entre estes e a Ilha de S. Vicente. Mas o porto de desembarque era de difícil acesso, não tendo sido raras as vezes em que houve mortes. No dia 25 de Agosto de 1882, foi inaugurado o cais da Sinagoga, depois de alguns melhoramentos que consistiram somente na construção de escadas e numa parede de defesa no local de desembarque (ver Anexo 2).

A sudoeste da ilha temos o porto do Tarrafal com melhores condições de desembarque em segurança e de reabastecimento das embarcações, mas ficava longe das áreas produtivas e povoadas, por isso não era muito procurado. Havia um outro porto a sudoeste, a dos Carvoeiros, que apresentava o inconveniente de ficar distante das zonas mais produtivas da ilha e que não oferecia condições para o reabastecimento das embarcações, em água potável e géneros alimentícios.

---

<sup>47</sup>B.O. N° 17, ano de 1888.

<sup>48</sup>S.G.G., cx. N° 269 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

Para além das péssimas condições dos portos, a comunicação entre a Ilha de Santo Antão e São Vicente era dificultada pelo difícil canal marítimo que impedia muitas vezes, durante algum tempo, a ligação entre elas, pela dificuldade de navegação.

O Administrador do Concelho da Ribeira Grande, João Simões Afra, dá conta que, “A navegação entre esta [Ilha de Santo Antão] e a ilha de S. Vicente tem estado completamente paralisada talvez devido ao tempo péssimo que tem reinado (...)”<sup>49</sup>. Situação que o impedia de dar notícias do referido concelho. Com todas estas dificuldades de comunicação, é possível que o número de embarcações que aportavam à ilha vindas do exterior fosse limitado.

A questão das vias de comunicação era um problema que desde sempre preocupou as autoridades locais e centrais. Já em 1854, em visita à Ilha de Santo Antão, o Governador Fortunato Barreiros, tinha constatado pessoalmente essas carências, e ordenado a execução de uma série de medidas<sup>50</sup> tendentes a “(...) dar impulso á grande obra da regeneração de uma ilha das mais importantes do arquipélago (...)”<sup>51</sup>. A medida devia ser: abrir uma estrada que deveria ligar a povoação de Santo António das Pombas ao porto dos Carvoeiros o actual Porto Novo, passando pelos portos de Janela e dos Tarrafes.

A construção dessa estrada, desejo antigo dos habitantes de Santo Antão que dura há mais de um século e meio, continua sendo até agora uma necessidade, na medida em que virá desencravar as localidades mais distantes do então porto principal da ilha, Porto Novo. Virá favorecer as trocas comerciais, o escoamento dos produtos com a Ilha de S. Vicente e não só.

A carência de vias de comunicação para os campos e zonas mais produtivas da ilha, impossibilitava o escoamento dos produtos das localidades do interior, aumentando as despesas com o transporte que fazia aumentar os preços dos mesmos, condicionando o comércio entre as localidades. As condições dos portos de desembarque, também afugentavam os navios, o que condicionava o comércio com o exterior.

As autoridades da época punham ênfase na falta de estradas, como principal entrave ao desenvolvimento da ilha. Muitas vezes elas não procediam à construção de vias de

---

<sup>49</sup> S.G.G., cx. N° 270 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

<sup>50</sup> Urgindo que se adoptem quanto antes, medidas tendentes a promover efficazmente na Ilha de Santo Antão, alguns melhoramentos de que é susceptível, e cujo desenvolvimento acha porêem obstáculo na sua difícil viabilidade, porque não havendo caminhos que articulem umas ás outras as suas povoações, e estas a um porto da costa do Sul, faltam aos habitantes meios bastantes de exportarem por elle para a Ilha de S. Vicente alguns dos productos, que n’esta seriam prompta e vantajosamente consumidos; ao passo que a custa de mui considerável trabalho, e avultadas despezas, conseguem em regra fazer chegar aos pontos em que d’elles carecem, os objectos d’ importação de que necessitam, e que assim lhes ficam por preços nitidamente subidos, mesmo comparativamente ás demais ilhas. (B.O. N°152, ano de 1854)

<sup>51</sup> Portaria N°58, de 6 de Abril de 1854, B.O. N°152, de 1 de Maio.

comunicação por falta de recursos financeiros e devido à falta de empenho do **Governo central (metropolitano)**.

As obras públicas para a construção de estradas tinha como objectivo tirar do isolamento as povoações e promover o desenvolvimento económico das mesmas. A abertura de trabalhos para a construção de estradas, era também uma forma de minorar os efeitos dos maus anos agrícolas e de sustento para as pessoas que dependiam só da agricultura.

## **CAPÍTULO III**

### **III – O Sector Social do Concelho**



## 1. O Ensino

No concelho, a melhoria do ensino era possivelmente uma preocupação das autoridades locais, que não mediam esforços junto às autoridades coloniais sedeadas na metrópole, para criar novas escolas. As localidades do concelho eram dispersas e tinha-se também de dar resposta ao crescente número de alunos que de ano para ano iam aumentando.

As escolas oficiais do nível primário foram criadas pela primeira vez em Santo Antão a partir de 1836<sup>52</sup>.

Os habitantes estavam conscientes de que era importante enviarem os seus filhos à escola. Como nos diz o Administrador do Concelho, João Simões Afra: “Nenhum povo mostra mais desejo de adquirir instrução; os pais não se limitam a mandar os filhos aprender ler, escrever e contar, querem que elles adquiram o maior número de conhecimento possível”<sup>53</sup>. É uma prática que podemos ainda hoje constatar, pelo grande número de pais que têm a preocupação de enviar os seus filhos para à escola.

As autoridades locais reclamavam um maior empenho, por parte do governo central no desenvolvimento do ensino, o que nem sempre acontecia. Na sessão de vinte e sete de Junho de 1879, a Câmara deliberou que: “Tendo em mil oitocentos sessenta e oito a mil oitocentos setenta e quatro havido um verdadeiro retrocesso no desenvolvimento da instrução primaria n’esta villa, por haverem sido suprimidas pelo governo duas escolas de primeiro grau, cujos alumnos affluiram todos à escola especial regida pelo distincto professor António Jacinto dos Anjos, tomou a ilustre câmara municipal a nobre resolução de crear uma escola concelhia á custa dos seus rendimentos”<sup>54</sup>. A Câmara teve a preocupação de criar esta escola, para suprir o vazio deixado pelo encerramento por parte do governo central das duas escolas primárias que eram muito frequentadas. Podemos constatar a preocupação das autoridades locais em promover o desenvolvimento do ensino no concelho.

Quanto ao número de escolas, em 1882 tínhamos cinco escolas no concelho, uma sustentada pelos cofres da Câmara, sendo três do sexo masculino e uma do sexo feminino, que eram do governo. A escola municipal que se situava na vila da Ribeira Grande, era dirigido

---

<sup>52</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, Parte V, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1911, p.41.

<sup>53</sup> B.O. Nº 17, ano de 1888.

<sup>54</sup> B.O. Nº 26, ano de 1882.

pelo padre Eduardo Augusto Rodrigues; a do governo, também na vila, dirigido pelo professor interino Rodolfo Ferreira Lima; a que ficava em Santo Crucifixo e S. Pedro eram dirigidos pelo professor Fileno António de Lima, e um do sexo feminino dirigida por D. Virgínia de Mello Neves<sup>55</sup>.

Segundo Agostinho Rocha: “O período mais brilhante do século XIX na instrução, isto é aquele que preparou homens para a vida ocorreu com o aparecimento do Padre Eduardo Augusto Rodrigues e com o professor António Jacinto dos Anjos, os quais depois de conferido o 2ª grau, aproveitavam os alunos mais hábeis para lhes ensinarem convenientemente o português, o francês e o latim, em substituição do liceu”<sup>56</sup>

No ano de 1888, foi elevado para sete o número de escolas criadas no concelho, pois abriu-se mais duas para o sexo masculino. Mesmo assim não eram suficientes, pois havia uma só escola do sexo feminino, cinco do sexo masculino e se tivermos em conta a população e a extensão do concelho, era necessário criar muito mais escolas. No ano de 1880 tínhamos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário 1.509 homens, 1.580 mulheres menores de 14 anos; na freguesia de Santo Crucifixo 1.203 homens, 1.223 mulheres menores de 14 anos e na freguesia de S. Pedro Apóstolo 496 homens e 475 mulheres menores de 14 anos<sup>57</sup>.

O número de alunos, como já tínhamos referido anteriormente aumentava de ano para ano. Isso fazia com que muitas crianças não fossem matriculadas ou admitidas, por não existir lugares suficientes nas escolas.

O número de alunos matriculados nas escolas do Concelho da Ribeira Grande no ano lectivo 1877 – 1878 era de 297<sup>58</sup>.

Em 1881 o Administrador do Concelho escreve que: “Funcionaram regularmente as cinco escolas públicas do concelho distinguido-se em zêlo e actividade os dois professores e a professora da vila que para darem maior desenvolvimento a este ramo de serviço não descaram dos seus deveres não obstante o grande número d’alunos que frequentam as escolas (...)”<sup>59</sup>.

Podemos verificar o número de alunos matriculados em 1881, nas escolas do Concelho da Ribeira Grande no quadro que se segue.

---

<sup>55</sup> B.O. Nº 47, ano de 1882.

<sup>56</sup> ROCHA, Agostinho, Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462 – 1983), Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1990, p.80.

<sup>57</sup> B.O. Nº 42, ano de 1881.

<sup>58</sup> FERREIRA, José Manuel Silva Pires, Geração Dourada, Ensaio da História do Paul de Santo Antão, 1861 – 1893, Edições Calabedoche, São Vicente, 1999, p.39.

<sup>59</sup> S.G.G., cx. Nº 269 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

**Quadro n.º 5 – Mapa das Escolas do Concelho da Vila da Ribeira Grande e dos alunos nelas matriculados no ano de 1881.**

| Classes  | Idades      |               | Total |
|----------|-------------|---------------|-------|
|          | Até 12 anos | De mais de 12 |       |
| Primeira | 151         | 53            | 204   |
| Segunda  | 102         | 81            | 183   |
| Terceira | 81          | 27            | 108   |
| Quarta   | 21          | –             | 23    |
| Quinta   | 30          | 5             | 35    |

**Fonte:** Relatório do concelho da Vila da Ribeira Grande da Ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1881. B.O. Nº 46, ano de 1882.

Ao analisarmos o quadro n.º 5, podemos constatar que a escola municipal do sexo masculino, denominada de primeira classe, situada na vila era a com maior número de alunos matriculados. Enquanto que a de segunda classe do sexo masculino, situada também na vila era a segunda com maior número de alunos matriculados, logo a seguir vem a escola do sexo masculino situada em Santo Crucifixo, de terceira classe. E por ultimo temos a da quarta classe do sexo masculino situada em S. Pedro Apóstolo. Temos uma única escola do sexo feminino, situada na vila, denominada de quinta classe, com 35 alunos matriculados respectivamente. Neste ano houve um total de 553 alunos matriculados.

As escolas eram para os alunos do 1º e 2º grau de instrução primária. Funcionavam em edifícios do governo e em casas particulares alugadas pela Câmara Municipal. As matérias leccionadas aos alunos do 1º e 2º grau estavam contidas no regulamento da província. Na escola do sexo feminino eram leccionadas as seguintes matérias: leitura, escrita, sistema métrico, doutrina cristã, cozer, marcar, bordar<sup>60</sup>.

Devido ao grande número de alunos que frequentavam as duas escolas, a régia e a municipal, o Presidente da Junta Local de Instrução refere que, “ (...) os dois professores das mencionadas escolas pedindo que lhes dê ajudante visto não poderem com tanto trabalho nem as casas destinadas para escolas comportarem mais de 60 ou 80 pessoas (...) ”<sup>61</sup>. O grande número de alunos criava alguns problemas aos professores, que necessitavam de ajudantes, de mais espaço e de mobílias para todos os alunos. Para fazer face a esse grande número de alunos em relação ao espaço de que se dispunha, eles eram divididos por turno.

<sup>60</sup> B.O. Nº43, ano de 1881.

<sup>61</sup> S.G.G., cx. Nº 270 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

No ano de 1881 o Administrador do Concelho pede a criação de mais duas escolas do sexo masculino e um do sexo feminino na Vila da Ribeira Grande, apontando como razão o grande número de alunos que frequentavam as já existentes<sup>62</sup>.

Alguns anos mais tarde, podemos também constatar o aumento do número de alunos nas diversas escolas do concelho nos anos de 1885, 1886 e 1887.

**Quadro n.º 6 – Mapa do número de alunos que frequentam as diversas Escolas do Concelho.**

| <b>Anos</b> | <b>Alunos</b> |
|-------------|---------------|
| 1885        | 291           |
| 1886        | 519           |
| 1887        | 851           |

**Fonte:** Relatório apresentado pelo Administrador do Concelho da Ribeira Grande da Ilha de Santo Antão. B.O. Nº17, ano de 1888.

No ano de 1886 houve mais 228 alunos matriculados nas escolas do concelho, do que no ano de 1885. Em 1887 vamos ter ainda mais 332 alunos, do que no ano anterior. Ao longo desses anos houve um aumento progressivo do número de alunos.

Se compararmos os quadros n.º 5 e n.º 6, podemos verificar que de 1881 a 1885 houve uma diminuição do número de alunos inscritos e um aumento do número alunos em 1887.

Em 1885 as autoridades apontam como necessário a criação de mais escolas na Vila da Ribeira Grande e da necessidade de mais um professor para a escola principal<sup>63</sup>.

Havia uma grande necessidade de criar novas escolas e de mais professores de modo a acompanhar o aumento crescente de alunos.

## 2. A Saúde

Das preocupações das autoridades do concelho nessa área podemos ressaltar o estado sanitário, principalmente da Vila da Ribeira Grande, sobretudo no que diz respeito à limpeza pública da mesma, a vacinação dos indivíduos das diferentes freguesias e o controle de certas doenças.

---

<sup>62</sup> B.O. Nº 44, ano de 1881.

<sup>63</sup>S.G.G., cx. Nº 663 - correspondência relativa à instrução pública recebida de várias autoridades.

A vila era descrita como sendo imunda, com ruas estreitas, por onde vagueavam porcos, e amontoavam casas cobertas de colmo. Por se situar no fundo de um vale, cercado por duas ribeiras, quando chovia havia inundações e estragos. O Administrador do Concelho no seu relatório relativo ao ano de 1881, escreve a propósito das chuvas que caíram nos dias 6 a 8 de Outubro, “Essas noites jamais serão esquecidas pelos habitantes do concelho, que além de verem perdidos grande parte dos seus haveres viram as suas vidas ameaçadas pela impetuosa corrente das duas ribeiras que invadiram a villa, não a destruindo completamente devido á uma dedicação d’um grupo de indivíduos corajosos e a uma sólida parede do quartel militar”<sup>64</sup>. As cheias penetravam nas ruas da vila e arrastavam tudo o que encontravam pelo caminho.

Mas o que causava problemas à saúde pública, eram as águas que ficavam estagnadas nas ribeiras após as chuvas. E se juntarmos a isso a falta de asseio das ruas e das margens das ribeiras onde era lançado o lixo, haveria possivelmente, na vila havia mais casos de doença, como a febre tifóide e a pneumonia causadas pela água, em comparação com os outros pontos do concelho.

As autoridades, conscientes desses problemas tentavam resolvê-los através da secagem das águas estagnadas, abertura de algumas ruas, a limpeza diária das mesmas. Para a protecção da vila foi construído um muro para deter as inundações, fazia-se também a limpeza das ribeiras e dos caminhos do concelho. Eram feitas visitas aos quintais e pátios, e a inspecção a algumas “mulheres toleradas”<sup>65</sup>. O que demonstra que no concelho era inspeccionada e permitida, de algum modo, a prostituição.

A limpeza pública do concelho era um trabalho reservado à Câmara, que muitas vezes se debatia com alguns problemas. Como por exemplo, em 1874 o Administrador Augusto César Sampaio, no seu relatório mensal de 7 de Março, dizia que a Câmara não tinha meios para sustentar os zeladores, as posturas eram letra morta e não estavam sendo cobrados as coimas<sup>66</sup> (ver Anexo 2). Alguns anos mais tarde, ela debatia-se com os mesmos problemas. No ano de 1881, no relatório de 1 de Janeiro, o então Administrador do Concelho informa que a limpeza pública, “ (...) continua a ser feita a da villa por varredores contratados pela câmara porém com um numero ainda insufficiente para a villa se conservar no devido aceio, contudo este ramo de serviço alguma cousa tem melhorado depois que me encarreguei da sua

---

<sup>64</sup>B.O. N°45, ano de 1882.

<sup>65</sup>S.G.G., cx. N° 270 - correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

<sup>66</sup>S.G.G., cx. N° 268 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1872 – 1877.

fiscalização e marquei aos varredores tarefas diárias”<sup>67</sup>. Apesar dessas dificuldades, possivelmente devido à falta de meios, era um serviço em que se empenhavam as autoridades locais, mas reconheciam a necessidade de se proceder a melhorias, “devido a falta de polícias e o pequeno número de empregados da câmara faz com que ainda não seja a limpeza geral da villa como se deseja (...)”<sup>68</sup>.

Quanto a funcionários dos serviços de saúde existia no concelho e na ilha, um médico com a função de delegado de saúde, um enfermeiro e um farmacêutico. Havia um edifício onde funcionava a farmácia do estado e o consultório médico situado na vila, muito frequentado. O delegado dispunha de uma ambulância do estado, que se deslocava às diferentes localidades para consultas ao domicílio. Procedia-se também à vacinação de vários indivíduos nas três freguesias do concelho. Em 1872, o então delegado de saúde, Dr. Francisco Frederico Hopffer, utilizava a sala do consultório aos domingos para ensinar aos habitantes da vila noções básicas de higiene<sup>69</sup>.

Tendo em conta as longas distâncias que as pessoas tinham de percorrer até à vila, o número de habitantes do concelho, 12.213 indivíduos habitantes no ano de 1871, podemos verificar que os funcionários e as infra-estruturas existentes eram insuficientes.

Chegavam ao concelho algumas doenças, como a cólera, vindas da ilha vizinha, que penetravam na Ilha de Santo Antão através dos portos. Estes careciam de fiscalização por inexistência de funcionários para efectuarem o serviço sanitário marítimo. Estas doenças causavam grande mortandade na ilha. Foi o caso da epidemia de cólera que penetrou pelo porto dos Carvoeiros, vindo de São Vicente, chegando de seguida a Ribeira Grande e espalhando por toda a ilha, causando mortes: na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, com 837 fogos e uma população de 3 981 almas, houve 655 vítimas; na freguesia de Santo Crucifixo, com 1 053 fogos e 4 807 almas, houve 792 vítimas; na freguesia de S. Pedro Apóstolo, com 393 fogos e 1 417 almas, houve 100 vítimas; na freguesia de S. João Baptista, com 375 fogos e 1 652 almas, houve 129 vítimas; na freguesia de Santo António das Pombas, com 930 fogos e 5 137 almas, houve 523 vítimas<sup>70</sup>.

O delegado de saúde, no boletim sanitário respectivo ao 1º trimestre de 1884, devido à dificuldade em tomar medidas de saneamento eficazes na vila da Ribeira Grande, escreve que: “A boa e única medida hygienica que esta povoação está pedindo é a transferência da cabeça

---

<sup>67</sup> S.G.G., cx. N° 269 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

<sup>68</sup> S.G.G., cx. N° 270 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

<sup>69</sup> B.O. N° 43, ano de 1872.

de concelho para a aldeia da Ponta do Sol”<sup>71</sup>. A falta de salubridade da vila, por estar constantemente ameaçada pelas cheias, a inexistência de terrenos para à expansão da mesma, foram outros problemas apresentados pelo delegado, que defende a transferência da sede para a aldeia da Ponta do Sol que descreve como tendo “(...) bellissima exposição, terrenos para construção, água de boa qualidade e abundante, o solo em suficiente declive, porto de mar, etc., etc., que necessariamente será um dia o assento d’uma grande povoação”<sup>72</sup>.

Por decreto de 23 de Dezembro de 1885, será transferida a sede do concelho para a Vila D. Maria Pia. Os habitantes da Vila da Ribeira Grande sentiram-se lesados com a transferência da sede, procuraram reverter a situação, tentando mostrar o inconveniente da mudança. A razão aparente para a transferência, foi a falta de salubridade da Ribeira Grande e a insegurança da mesma, devido à invasão das cheias. Mas para além dessas razões podia haver outros interesses em jogo.

Como escreve Carlos Ferrão: “Pois, apesar de um tal conjunto de elementos de insalubridade e agentes deletérios tão prejudiciais á hygiene pública, é a villa da Ribeira Grande bastante saudável em relação aos pontos de salubridade media da província”<sup>73</sup>.

Apesar de tudo, a vila é descrita como tendo um clima agradável comparativamente a outros pontos da província de Cabo Verde.

Em 1887, as repartições públicas seriam instaladas na nova sede na Vila D. Maria Pia. Os funcionários públicos também passam a residir na mesma vila. De entre essas repartições temos a delegação da saúde, com um delegado de saúde e um enfermeiro, a farmácia do estado com um farmacêutico do quadro de saúde<sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup> SANTA-RITA VIEIRA, Henrique Lubrano, História da Medicina em Cabo Verde, Edição Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Praia, 1989, p.317.

<sup>71</sup> B.O. Nº37, ano de 1884.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira – Estudos sobre a Ilha de Santo Antão, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, p.52.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p.42.

## CONCLUSÃO

A Vila da Ribeira Grande é um dos centros populacionais mais antigos da ilha. Sede do Concelho da Ribeira Grande, era onde se situavam os edifícios administrativos e era o centro do movimento comercial. O concelho da Ribeira Grande tinha uma grande importância agrícola; em termos administrativos, era o centro de todas as decisões que diziam respeito à Ilha de Santo Antão, possivelmente devido à posição que a sua elite tinha junto ao governo central.

O relevo acidentado da ilha dificultava a ligação entre as diferentes povoações do concelho. Havia uma grande carência de vias de comunicação. Os caminhos existentes eram dificilmente transitáveis o que dificultava a ligação entre as zonas mais produtivas do interior do concelho.

A necessidade de construir vias de comunicação era uma das preocupações das autoridades, que reconheciam a importância das mesmas para desencravar as localidades e promover o desenvolvimento económico da ilha.

As autoridades procediam à abertura de trabalhos para a construção de estradas no intuito de tirar do isolamento as povoações, mas também para minorar os efeitos causados pelos maus anos agrícolas, pois a maior parte dos habitantes do concelho dependiam da agricultura. Mas muitas estradas nunca foram construídas por falta de empenho das autoridades coloniais, ficando no isolamento os habitantes das zonas de difícil acesso.

As condições dos portos de desembarque dificultavam a comunicação com o exterior e condicionavam as trocas comerciais.

A principal actividade praticada pelos habitantes era a agricultura. A dependência das chuvas, que muitas vezes eram escassas, provocava crises alimentícias devido à falta do milho, principal género alimentício. Essa penúria alimentar não era atenuada, por não existir géneros de primeira necessidade no mercado, vindos do estrangeiro.

O movimento comercial dependia da importação dos géneros de primeira necessidade vindos sobretudo da Europa. A exportação de produtos produzidos localmente como o açúcar, aguardente e café, davam grande impulso à economia do concelho e do arquipélago. O valor da exportação desses produtos para o exterior era superior, comparativamente aos valores exportados pelas outras ilhas de Cabo Verde.



A indústria no concelho era inexistente mas havia algumas manufacturas ligadas à produção agrícola. Um dos produtos fabricados e que tinha uma grande procura era a aguardente, exportada em grande quantidade para as ilhas vizinhas e para Portugal. Tinha uma grande importância para a economia da ilha, mas criava alguns problemas sociais. O seu consumo em excesso preocupava as autoridades, pois era a principal causa dos crimes praticados no concelho. É hoje a principal causa de morte entre os jovens, um problema de saúde pública.

Uma das grandes preocupações das autoridades locais era com o ensino e com a sua melhoria. Apesar de reconhecerem a necessidade de se criar mais escolas para dar resposta ao crescente número de alunos que se registava de ano para ano, faltava meios à Câmara e empenho das autoridades coloniais sedeadas na metrópole.

A situação sanitária da Vila da Ribeira Grande era uma das preocupações das autoridades, devido à dificuldade no saneamento da mesma e das cheias que a invadiam, levando frequentemente a uma verdadeira situação de calamidade. Devido à dificuldade de realizar na vila medidas de saneamento e à insegurança causada pelas invasões das cheias, a sede na Ribeira Grande vai ser transferida para a Vila D. Maria Pia. Transferência essa que vai causar alguns problemas aos habitantes da Vila da Ribeira Grande e das localidades mais distantes, a partir desse momento, vão ter de se deslocar, a pé ou a cavalo, à Vila D. Maria Pia, onde ficava agora as repartições públicas.

As infra-estruturas sanitárias e os funcionários existentes eram insuficientes se tivermos em conta a extensão e o número de habitantes do concelho.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.
- ALMEIDA, José Maria (coord.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Edição Arquivo Histórico Nacional, Praia, 1998.
- AMARAL, Ilídio, *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 2ª Série, nº 48, Lisboa, 1964.
- ANÓNIMO – *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde Desde o seu Princípio, 1784*, Edição do Instituto Caboverdiano do Livro, Lisboa, 1985.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Parte I – VI, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1899 – 1912.
- BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, II Série, Vol. II, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.
- CARREIRA, António, *Alguns Aspectos da Administração Pública em Cabo Verde no século XVIII*, Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 1972, Separata do Nº 105 do Ano XXVII do Boletim da Guiné Portuguesa.
- \_\_\_\_\_, *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, ICL, Praia, 1983.
- \_\_\_\_\_, *As Ilhas de Cabo Verde há 100 anos, “População grupos sócio-profissionais”*, in Revista Raízes, Junho, nº21, 1984.
- CHELMICHI, José Conrado Carlos, *Corografia Cabo – verdiana ou Descrição Geográfico – Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, Tomo I e II, Lisboa, Typ. L.C. da Cunha, 1841.
- ÉVORA, José da Silva, *Separação Jurídico – Administração da Ilha de S. Vicente da comarca de Santo Antão*, in Revista Africana, Nº 5, especial, Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, 1998.
- FERRÃO, Carlos Ribeiro Nogueira, *Estudos sobre a Ilha de Santo Antão*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898.
- FERREIRA, José Manuel Silva Pires, *Geração Dourada, Ensaio da História do Paul de Santo Antão, 1861 – 1893*, Edições Calabedoché, São Vicente, 1999.
- LIMA, José Joaquim Lopes de, *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas ...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1844.

- LOPES, Maria José, *A Câmara Municipal de Santo Antão: Criação e Evolução (1732 – 1870)*, in Revista Africana, Nº 5, especial, Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, 1998.
- MATOS, Artur Teodoro de, *Santo Antão de Cabo Verde. Gente, Recursos e Organização do poder nos séculos XVI e XVII*, in História das Ilhas Atlânticas (Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas) II Vol., Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1997.
- \_\_\_\_\_, *Santo Antão de Cabo Verde (1724 – 1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais*, in A Dimensão Atlântica da África, II Reunião Internacional de História da África, Edição CEA-USP/SDG – Marinha /CAPES, Rio de Janeiro, 1996.
- MARQUES, Maria Haydée Ferreira Ferro, *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462 – 1900)*, Edição ICLD, Praia, 1998.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS, *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo*, Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional, Publicação do Ministério da Habitação e Obras Públicas, Lisboa, 1984.
- MONTEIRO, Ana Rita Amaro, *Municipalismo em Cabo Verde na Segunda Metade do Século XIX: Autonomia e Administração*, Revista Africana, Nº 5, especial, Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, 1998.
- MONTEIRO, José Maria de Sousa, *Diccionario Geographico das Províncias e Possessões Portuguezas no Ultramar...*, Lisboa, Tip. Lisbonense, 1850.
- PEREIRA, Daniel, *Recortes da Ilha de Santo Antão*, in Revista Trimestral de Informação e Cultura, Ekhos do Paul, Números 7/10, Agosto 1994 / Junho 1996.
- SANTA-RITA VIEIRA, Henrique Lubrano, *História da Medicina em Cabo Verde*, Edição Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Praia, 1989.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II, 2ª Edição, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação Cultural, Lisboa, 2001.
- \_\_\_\_\_, *História Geral de Cabo Verde*, Vol. III, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais, Lisboa, 2002.
- SERRA, Manuel C. Perreira, *O valor da purgueira na economia de Cabo Verde, durante a dominação colonial portuguesa*, in Revista Raízes, Janeiro a Dezembro nºs 17/20, 1981

RIBEIRO, Orlando, *Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1955.

ROCHA, Agostinho, *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462 – 1983)*, Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1990.

ROGERY, H.; FURTADO, C. et alli, *Perfil Integrado de Santo Antão*, 1993.

### **Arquivo Histórico Nacional**

#### **A – Boletim Oficial de Governo Geral da Província de Cabo Verde**

B.O. N.º 3, ano de 1842.

B.O. N.º 154, ano de 1854.

B.O. N.º 32, ano de 1870.

B.O. N.º 10, ano de 1871.

B.O. N.º 15, ano de 1872.

B.O. N.º 17, ano de 1872.

B.O. N.º 21, ano de 1872.

B.O. N.º 43 e 45, ano de 1872.

B.O. N.º 3, ano de 1875.

B.O. N.º 21, ano de 1880.

B.O. N.º 42, ano de 1881.

B.O. N.º 43, ano de 1881.

B.O. N.º 44, ano de 1881

B.O. N.º 26, ano de 1882.

B.O. N.º 45, ano de 1882.

B.O. N.º 37, ano de 1884.

B.O. N.º 17, ano de 1888.

B.O. N.º 15, ano de 1893.

#### **B – Manuscritos**

##### **Secretaria Geral do Governo (S.G.G.)**

S.G.G., cx. N.º 268 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1872 – 1877.

S.G.G., cx. N.º 269 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1878 – 1881.

S.G.G., cx. N.º 270 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1882 – 1887.

S.G.G., cx. N.º 271 – correspondência recebida da administração do Concelho da Ribeira Grande, 1888 – 1890.

S.G.G., cx. N.º 634 – correspondência recebida da Delegação da Junta de Saúde da ilha de Santo Antão. Julho – Setembro.

S.G.G., cx. N.º 662 – correspondência recebida da Junta Local de Instrução Pública em S. Antão. Janeiro 1890 – Agosto 1891.

S.G.G., cx. N.º 663 – correspondência relativa a instrução pública recebido de várias autoridades.

S.G.G., cx. N.º 683 – Mapas estatísticos diversos referentes ao ano 1881 – 1882. (1881 – 1883).

S.G.G., cx. N.º 722 – correspondência recebida das administrações dos concelhos da  
Província remetendo mapas de gado existentes na Província, 1878 – 1923.

**Internet**

w ww. CEHA – madeira. net / canárias / hia. html